

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 05/Abr



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1481 | 2016



Vigilantes da Segurança Orgânica de Barueri aprovam Pauta de Reivindicações



Na foto, Amaro Pereira, presidente do Sindicato; Paulo Messias da Silva, secretário-geral do Sindicato; e Vagner Lima, da Comissão da segurança orgânica

No último sábado (2) o Sindicato dos Vigilantes de Barueri realizou Assembleia Geral com os trabalhadores da segurança orgânica da base, quando foram elaborados e aprovados os itens que compõem a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2016. O texto será entregue ao sindicato patronal, Sindicato dos Condomínios do Estado de São Paulo (SINDICOND) na próxima semana.

A principal reivindicação da categoria é o reajuste salarial, sendo o acumulado do INPC nos últimos 12 meses e o ganho real de 5%. Além disso, os trabalhadores reivindicam ticket-refeição de R\$ 25, pagamento em dobro no Dia do Vigilante, comemorado em 20 de junho, e cesta básica no valor de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Segundo o presidente do Sindicato e secretário de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Amaro Pereira, a Assembleia foi extremamente positiva. “Conseguimos reunir um número considerável de vigilantes para discutir e aprovar nossas principais demandas. Agora, a pauta será entregue ao patronal na próxima semana e esperamos que as negociações não sejam recheadas de surpresas desagradáveis. Nossa data-base é em 1º de maio e espero ter fechado a CCT dentro do período”, afirmou.

“Peço que todos os vigilantes participem de nossas assembleias e reuniões mensais, pois é um momento em que temos para conversas sobre nossa categoria e dar encaminhamentos para nosso avanço”, completou Amato.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Juíza reconhece como discriminatória dispensa sem justa causa aplicada a vigilante que sofreu AVC



O princípio da igualdade, consagrado na Constituição como um dos alicerces do regime democrático, informa que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Resultante direta desse princípio, a Lei 9.029/95 proíbe discriminação por motivo de sexo, origem, doença, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade para efeito de acesso ou manutenção da relação de emprego.

Sob esse fundamento, a juíza Sílvia Maria Mata Machado Baccarini, na titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Passos, acolheu o pedido de indenização feito por um vigilante, por entender que a dispensa dele foi discriminatória. Após ser acometido de um sério acidente vascular cerebral isquêmico, que o levou a se afastar do serviço por cinco dias e comprometeu sua capacidade laborativa, o trabalhador retornou às atividades. Três dias depois, foi dispensado sem justa causa.

A juíza não teve dúvidas de que, embora o AVC não guarde nexos com as atividades laborais, trata-se de acidente sério, equiparado a doença grave, tanto que levou à incapacidade laborativa do empregado, conforme atestado depois em laudo médico pericial. Esclareceu a magistrada que, em se tratando de trabalhadores portadores de doenças graves, o motivo da dispensa deve

ser comprovado pelo empregador, sob pena de caracterização de dispensa discriminatória. Conforme ponderou, entendimento diferente equivaleria a admitir o puro arbítrio e a ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e da igualdade, previstos constitucionalmente como direitos fundamentais.

Na sentença, a julgadora frisou que a dispensa discriminatória vem sendo repudiada pelo ordenamento jurídico pátrio e pela moderna jurisprudência, sendo rechaçada também na Convenção 111 da OIT e na declaração de Filadélfia. “A dispensa sem justa causa não é um direito potestativo e ilimitado. O limite é justamente o respeito à dignidade da pessoa humana - vetor axiológico de todo o ordenamento jurídico”, expressou-se a magistrada, ponderando que cabe ao julgador se valer da prerrogativa prevista no artigo 8º da CLT para aplicar à situação os princípios gerais do Direito, destacando os princípios constitucionais que asseguram o direito à vida, ao trabalho e à dignidade da pessoa humana, além da previsão contida no artigo 7º, I, da CF/88, que veda a despedida arbitrária com conteúdo discriminatório.

Por essas razões, a juíza considerou a dispensa discriminatória e fixou a indenização por danos morais no valor de R\$12.000,00. Ela deferiu ainda o recebimento, em dobro, das remunerações correspondentes ao período entre o dia seguinte ao da dispensa e a data de ajuizamento da ação, com atualização monetária, com base no artigo 4º, inciso II, da Lei 9.029/95. Da decisão ainda cabe recurso.

Fonte: [Âmbito Jurídico](#)

Impeachment sem crime é golpe: Intensificar a mobilização é preciso

Por Jacy Afonso



As grandes manifestações de 18 e 31 de março animaram nossa militância. Certamente a direita raivosa levou um grande susto. Mostramos que não estamos dormindo em berço esplêndido. Ver toda aquela gente na rua, principalmente dia 31, nos estimula e nos traz responsabilidades ainda maiores. Mais do que nunca temos a responsabilidade de aumentar a resistência, de combater o bom combate e barrar o golpe.

A luta precisa continuar firme. Nossa mobilização precisa ser intensificada, tornar-se maior, mais firme, com visibilidade ampliada. É a hora de mostrarmos a capacidade dos movimentos populares, sociais e sindicais de organização e de resistência que sempre tiveram.

Para dar maior visibilidade a nossa atuação precisa ser cada dia mais organizada, trazendo mais pessoas para a nossa causa. Para isso retomar o slogan “cara a cara, de porta em porta” é importante. Marchas, passeatas, carreatas, atos públicos são muito importantes, sem dúvida. Mas precisamos ganhar mais mentes e corações para nossa causa.

Para tanto temos algumas tarefas militantes que julgo importantes:

1. Organizar e participar de comitês pela democracia: É o momento de sermos proativos. Não vamos esperar convites e convocações. Organizar comitês nos locais de trabalho, nas escolas, nos bairros, no campo, na cidade fortalece nossas convicções. Afinal, juntos somos fortes. Centralizarmos ações e trabalhar em conjunto é muito importante. Podemos oferecer nossa contribuição para panfletagens, atos específicos e demais atividades. Pegue material e ajude a distribuir. Adesive seu carro. Coloque-se à disposição para atuar nos comitês já existentes e criar outros.

2. Mantenha-se informado: Ser assertivo nas conversas e debates é fundamental para aumentar os defensores da democracia. Com argumentos qualificados podemos conquistar pessoas. Estamos concorrendo com a grande mídia. Nossa comunicação precisa trazer informações com argumentos coerentes para que se contraponham às falácias dos grandes meios de comunicação. Questione a proposta de impeachment. Mostre que a presidenta Dilma não cometeu crime, não está envolvida em atos de corrupção, tem um mandato legítimo para cumprir.

3. Não baixe a guarda: Nossa campanha “Não vai ter golpe” ganha maior visibilidade a cada dia. Mais e mais pessoas percebem que garantir a democracia é fundamental para resolver os grandes problemas do país. Precisamos, neste momento, ficarmos alertas, atentos para os movimentos dos golpistas de dentro e de fora do Congresso Nacional. Isso significa engrossarmos as fileiras daqueles que defendem a democracia.

4. Fique atento aos factoides e mentiras: Expedientes espúrios, calúnias e difamações são usados a todo momento pelos derrotados nas eleições. Se você identificar críticas fora de

contexto, acusações mentirosas para justificar o impedimento de Dilma, mesmo pelas redes sociais, se posicione, argumente, exponha a verdade.

5. Participe das ações convocada pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo: Estamos em um momento decisivo. Com mais gente na rua, mais coesos e fortes ficamos. O trabalho precisa ser intenso, convincente, com alegria e espírito combativo. Cria: aqueles que querem derrotar o governo democrático e popular vão atacar mais intensamente buscando pressionar o Congresso para decidir pelo impeachment. Nossa pressão precisa ser maior e mais organizada ainda.

6. Mantenha sempre a calma: Sabemos que quanto mais acuados mais violentos os fascistas se tornam. Os ataques dos adversários serão ainda mais incisivos, duros, mentirosos. Nosso debate tem que ser qualificado e sereno. Não caia em provocações. Eles apostam no ódio para criar fatos e nos igualar. Se não for possível debater com respeito, faça uma recuada estratégica.

7. Conhecer os Eixos da mobilização unitária: A informação sempre é fundamental. Nossa luta não é apenas contra o impeachment. É pela democracia, contra retrocessos e pela garantia de conquistas. Os eixos principais são: contra a reforma da previdência; não ao ajuste fiscal; não aos cortes nos investimentos

sociais; em defesa do emprego e dos direitos dos Trabalhadores, contra o PLC 257, da reforma fiscal.

8. O golpe é contra nós, os trabalhadores: Esse argumento precisa ser intensificado. As entidades sindicais e sociais precisam alertar sobre os prejuízos que teremos em caso de impedimento da presidenta Dilma. Já estão em curso projetos que retiram direitos trabalhistas e sociais, como ampliar as possibilidades de terceirização, reduzir a maioria penal e da idade para início da atividade laboral, subtrair terras indígenas, criminalizar a vítima de violência sexual, mudar o conceito de trabalho escravo, privatizar as estatais, garantir a prevalência do negociado sobre a legislação.

Temos mudado a cara do país e a vida das pessoas, principalmente de pobres e excluídos. Hoje somos melhores, muito mais pessoas tem acesso aos serviços básicos e à cidadania. O respeito à diversidade é maior. A burguesia brasileira não engole isso e quer promover um golpe na democracia. Sim, porque impeachment sem crime é golpe.

Não podemos permitir que ocorram retrocessos. Nossa luta é por avanços, por garantia de direitos, por um país justo e soberano.

Não ao golpe! Em defesa da democracia
*Jacy Afonso é secretário de Formação da Fetec-CUT/
CN, ex-dirigente nacional da CUT e ex-presidente do SEEB
e da CUT Brasília



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF